Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

1
MANHÃ

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA ADMINISTRATIVA

Tipo 1 – BRANCA

SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas

TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala

INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

FGV

Língua Portuguesa

1

Na "Apresentação" do livro *A Origem Curiosa das palavras,* o autor Márcio Bueno escreve o seguinte:

"Alguém já disse que todo homem é um animal etimologista, o que significa que as pessoas apresentam um interesse natural por conhecer a origem das palavras que usam no cotidiano. Na verdade, o homem sempre se interessou pelas origens de uma maneira geral, incluindo a da humanidade e a do Universo. Essa é a razão do surgimento dos mitos de origem, presentes em todas as civilizações, das que nem sequer dominam a escrita às mais avançadas tecnologicamente".

Sobre esse texto, é correto afirmar que:

(A) a expressão inicial "Alguém já disse" mostra a tentativa argumentativa de atribuir autoridade ao texto;
(B) o termo "Na verdade" corrige uma informação equivocada que está presente no primeiro período;
(C) o segundo período do texto confirma as palavras iniciais do texto, ampliando as informações já fornecidas;
(D) o último período do texto mostra uma conclusão retirada dos dois períodos anteriores;
(E) as informações finais do texto contrariam as que são dadas no primeiro período.

Texto 1

Um dicionário de cultos afro-brasileiros termina sua apresentação do seguinte modo:

"Nenhum dicionário, seja o mais exaustivo, poderá dar conta de todo um sistema de significação: em primeiro lugar, porque os sistemas de significação não são estáticos; em segundo lugar, porque estes, e principalmente os sistemas religiosos, se fazem mais de regras, isto é, de gramáticas, que de vocabulários; em terceiro lugar, porque nem todos os elementos significativos dos sistemas simbólicos se encontram cobertos por termos que os denotem e, finalmente, porque os significados apreendidos pelos dicionários são apenas pontos de referência para se atingir significados constantemente variáveis com os contextos em que os sistemas de significação encontram existência concreta". (Olga Gudolle Cacciatore, *Dicionário de cultos afro-brasileiros*, p. 11)

2

Sobre a estruturação e significação do texto 1, é correto afirmar que:

(A) são apresentadas três razões em função das quais os dicionários apresentam deficiências;
(B) a publicação do dicionário contraria a primeira afirmação do texto de que nenhum dicionário dá conta de todo um sistema de significação;
(C) como os sistemas de significação não são estáticos, a publicação de um dicionário leva à mudança de significados de algumas palavras;
(D) alguns dicionários, como os dos sistemas religiosos, enfrentam maiores problemas porque devem cobrir mais vocabulário que gramáticas;
(E) um dicionário é, por definição, uma obra deficiente, pois retrata somente um estado momentâneo de algo em permanente mudança.

3

"...os significados apreendidos pelos dicionários são apenas pontos de referência para se atingir significados constantemente variáveis com os contextos em que os sistemas de significação encontram existência concreta" (texto 1).

Deduz-se desse segmento do texto 1 que:

(A) os dicionários procuram indicar referências que podem auxiliar na apreensão dos diversos significados nos contextos;
(B) os significados das palavras são abstrações, que nunca encontram existência concreta, em função da diversidade de contextos;
(C) é a existência concreta dos sistemas de significação que se encontra presente nos melhores dicionários;
(D) como os significados das palavras estão em permanente mudança, os dicionários só podem indicar previsões para os futuros significados;
(E) todos os significados das palavras encontram-se presentes nos dicionários elaborados por equipes competentes de lexicógrafos.

4

Ernest Hemingway, o grande escritor norte-americano, escreveu certa vez que "A cesta de papéis é o primeiro móvel na casa de um escritor".

Com essa frase, o escritor se refere a uma característica da arte de escrever que está expressa também na seguinte frase de outro escritor:

(A) "Aprende a escrever bem ou a não escrever de jeito nenhum";
(B) "A arte de escrever é a arte de sentar-se numa cadeira";
(C) "O que se lê sem esforço foi escrito com muitas dificuldades";
(D) "Para escrever bem deve haver uma facilidade natural";
(E) "Ainda que seja um intelectual das letras, não deveis supor que eu não tenha tentado ganhar a vida honestamente".

Texto 2

No livro "Viagens de Gulliver", do grande romancista inglês Jonathan Swift, sobre um dos locais visitados pelo personagem, aparece o seguinte texto:

"Passamos então a outra parte da Academia que se destinava mais às pesquisas especulativas, e onde fomos encontrar três profissionais reunidos discutindo sobre o melhoramento da língua. O primeiro projeto consistia em abreviar o discurso, reduzindo os polissílabos a monossílabos, deixando de lado os verbos e particípios, uma vez que todas as coisas imagináveis não passam de substantivos".

5

"Pesquisas especulativas"(texto 2) são as que:

(A) se preocupam especialmente com a língua;
(B) se referem a temas religiosos ou místicos;
(C) tratam de problemas futuros;
(D) se dedicam a investigações teóricas;
(E) abordam situações da realidade concreta.

6

"O primeiro projeto consistia em abreviar o discurso, reduzindo os polissílabos a monossílabos, deixando de lado os verbos e particípios,..."

É um exemplo desse primeiro projeto (texto 2) o uso de:

(A) *tá* por *está*;
(B) *BB* por *Banco do Brasil*;
(C) *fim* por *final*;
(D) *bike* por *bicicleta*;
(E) *tom* por *tonalidade.*

Texto 3

Numa das crônicas de Luis Fernando Verissimo, o cronista aborda um problema de comunicação por meio da língua:

Visita a Praga. Todo turista viaja acompanhado pela danação de Babel. Falar português bem alto e bem explicado não funciona, e o inglês é uma língua universal só até certo ponto. Nunca sentimos tanto a falta de uma língua comum como numa visita que fizemos a Praga, há alguns anos".

7

O termo "danação de Babel" (texto 3) se refere:

(A) à diversidade de línguas no mundo;
(B) ao desconhecimento de outros idiomas;
(C) ao fato de cada um só conhecer bem a própria língua;
(D) à falta de uma língua universal, como o esperanto;
(E) à ausência de sons comuns nos vários idiomas.

8

Ao dizer que "o inglês é uma língua universal só até certo ponto", o cronista (texto 3) quer dizer que o inglês:

(A) é o idioma de maior alcance universal;
(B) não é igualmente conhecido em todos os países;
(C) limita sua área de atuação às Américas;
(D) sofre limitações nos países não democráticos;
(E) restringe suas palavras às realidades ocidentais.

9

Millôr Fernandes reescreveu uma série de ditados populares em linguagem culta, como o exemplo a seguir:

De grão em grão a galinha enche o papo / De unidade de cereal em unidade de cereal, a ave de crista carnuda e asas curtas e largas da família das galináceas abarrota a bolsa que existe nessa espécie por uma dilatação do esôfago e na qual os alimentos permanecem antes de passarem à moela.

Comparando as duas formas, pode-se inferir que a única característica que está ausente da língua culta é:

(A) a presença de retomadas e sequenciações de elementos textuais;
(B) a preocupação com a organização e precisão de significados;
(C) a predominância de vocábulos de significação específica em lugar de vocábulos de conteúdo geral;
(D) as repetições de mesmas estruturas a fim de reafirmar a mensagem veiculada;
(E) o emprego de pontuação com base em critérios gramaticais.

10

"Ler muito não leva necessária e mecanicamente a escrever bem (....). A atitude de ler é a metonímia da vontade de entender o mundo. A atitude de escrever é a metonímia da pretensão legítima e transcendente de transformar o mundo". (Gustavo Bernardo)

Nesse caso, o mundo da leitura e da escrita se diferenciam, respectivamente, pelas seguintes posições:

(A) compreensão / mudança;
(B) contemplação / transformação;
(C) entendimento / pretensão;
(D) observação / modificação;
(E) conhecimento / politização.

11

Max Jacob escreveu certa vez que "O bom gosto de um escritor se conhece pela importância de suas correções".

Nesse caso, escrever bem corresponde à seguinte definição:

(A) escrever de forma adequada à gramática;
(B) escrever de forma culta e elaborada;
(C) escrever como forma visual de bem pensar;
(D) escrever de forma adequada à situação;
(E) escrever de forma simples e clara.

12

Uma das marcas de um texto é a sua coerência, que tanto pode ser a do mundo lógico como a do mundo textual: a frase abaixo que é marcada pela coerência é:

(A) O turista se afogou na praia de Copacabana e foi retirado da água desacordado;
(B) O estudante estrangeiro fez o curso de Direito no Rio até se tornar conhecido na área;
(C) O ministro explicou ontem, um mês após seu afastamento, as razões de sua demissão;
(D) Nenhum morador morreu em função do desabamento, exceto o morador do andar térreo;
(E) Ao contrário do que disse a imprensa, o candidato não foi reprovado, mas sim aprovado em lugar de destaque.

13

Observe o seguinte diálogo em um texto de Millôr Fernandes.

— Maria, ponha isso lá fora em qualquer parte.

— Junto com as outras?

— Não ponha junto com as outras, não. Senão pode vir alguém e fazer qualquer coisa com elas. Ponha no lugar do outro dia.

— Sim, senhora.

Esse texto é intencionalmente impreciso e pouco claro. A estratégia de produção de imprecisão só NÃO está corretamente identificada em:

(A) emprego de pronomes sem indicação da situação: *ponha isso lá fora em qualquer parte*;
(B) emprego de termos sem identificação anterior: *ponha isso lá fora em qualquer parte;*
(C) ausência de coesão com termos já expressos: *Junto com as outras?;*
(D) emprego de pronomes indefinidos substantivos: *Senão pode vir alguém...*;
(E) emprego de palavras gerais, sem esclarecimentos: *fazer qualquer coisa com elas.*

14

Abaixo aparecem indicados tipos diversos de textos; entre eles, o tipo que apresenta um modelo adequado é:

(A) tipo informativo: livros escolares;
(B) tipo normativo: regulamentos de prédios;
(C) tipo publicitário: bulas de remédios;
(D) tipo didático: requerimentos;
(E) tipo instrucional: orações religiosas.

15

O segmento textual abaixo que deve ser classificado predominantemente como dissertativo-argumentativo é:

(A) "A cozinha feliz, que consiste no casamento de produtos naturais, um com o outro, é a antítese da cozinha feita para impressionar";
(B) "Restaurante sofisticado: aquele que serve comida fria de propósito";
(C) "Aprendi que esparramar as ervilhas no prato dá a impressão de que você comeu mais e, por isso, eu as esparramei";
(D) "Eu cozinho com vinho, às vezes até mesmo acrescento comida a ele";
(E) "A comida era belíssima: folhas verdes com cenouras amarelas, cercadas de carne vermelha e pimentão verde".

Texto 4

Observe o trecho retirado do livro *A vida íntima das frases*, de Deonísio da Silva.

A ocasião faz o ladrão. Frase com certa sutileza malvada embutida. Dá conta implicitamente de que, havendo ocasião, surge inevitavelmente o ladrão. Diversos códigos penais basearam-se em tão triste concepção do gênero humano para vazar seus artigos. Segundo tal hipótese, o que garante não haver ladrões é um eficiente sistema de punição.

16

Sobre a estruturação do texto 4, a única afirmação inadequada é:

(A) *A ocasião faz o ladrão* – indicação da frase que gera os comentários realizados na continuidade da frase;
(B) *Frase com certa sutileza malvada embutida* – segmento opinativo, de responsabilidade do autor do livro;
(C) *Dá conta implicitamente de que, havendo ocasião, surge inevitavelmente o ladrão* – inferência retirada dos segmentos anteriores;
(D) *Diversos códigos penais basearam-se em tão triste concepção do gênero humano* – ampliação da informação do texto por meio da análise da frase motivadora;
(E) *Segundo tal hipótese* – a hipótese referida é a de haver diversos códigos apoiados na concepção aludida.

17

"Frase com certa sutileza malvada embutida. Dá conta implicitamente de que, havendo ocasião, surge inevitavelmente o ladrão".

Nesse segmento do texto 4, há uma forma reduzida de gerúndio, que equivale explicitamente a:

(A) já que há ocasião;
(B) quando há ocasião;
(C) se houver ocasião;
(D) embora haja ocasião;
(E) conforme haja ocasião.

18

Numa outra frase analisada no livro A vida íntima das frases, de Deonísio da Silva, aparece a introdução a seguir.

A preço de banana. A expressão remonta a um tempo em que a banana dispensava maiores cuidados e integrava aquelas frutas já existentes no Brasil antes do descobrimento, não sendo sequer necessário plantá-la para que desse frutos".

Um texto é construído com muitas reiterações de seus termos; as formas de reiteração são variadas. Considerando o fragmento do texto acima, indique a identificação da forma de reiteração de modo inadequado:

(A) reiteração de forma idêntica: *em que a banana dispensava maiores cuidados;*
(B) reiteração por termo definidor: *A expressão remonta a um tempo;*
(C) reiteração por substituição: *integrava aquelas frutas já existentes no Brasil;*
(D) reiteração por emprego de pronomes: *a um tempo em que a banana dispensava maiores cuidados;*
(E) reiteração com elipse de um termo anterior: *para que desse frutos*.

19

Uma das formas de indicar-se a coesão num texto é a utilização de formas de paralelismo em sua construção; a frase abaixo que mostra paralelismo em sua estruturação é:

(A) Construir um prédio e alugá-lo não são exemplos de investimento social;
(B) Pão na padaria, água no copo e leite na geladeira não alimentam;
(C) Quanto mais difícil é ler um cardápio, mais altos são os preços;
(D) A trufa dá uma espécie de auréola, que leva o gastrônomo ao êxtase... É o Mozart dos cogumelos;
(E) Comida pesada é malfeita ou desconsidera os saberes e técnicas afro-indígenas no preparo.

20

"Frequentemente, entre nossos motivos de ação há um mais forte que os demais: é aquele que não é declarado nunca".

Nessa frase, o termo sublinhado é repetido por um conjunto de outros termos, que são:

(A) os demais / aquele / que [não é declarado];
(B) aquele / que [os demais] / que [não é declarado];
(C) um / os demais / aquele / que [não é declarado];
(D) um / que [os demais] / aquele / que [não é declarado];
(E) um / que [os demais] / os demais / aquele / que [não é declarado].

21

Na frase "Ele sempre preocupou-se em comprar o mais barato, mas seus irmãos nem sempre fizeram isso", o verbo *fazer* substitui toda uma oração.

A frase abaixo em que ocorre o mesmo é:

(A) O árbitro marcou corretamente todas as faltas, mas o bandeirinha fez o contrário;
(B) Enquanto o professor copiava o exercício no quadro, os alunos faziam os exercícios no caderno;
(C) Nem todos os policiais fazem as mesmas coisas todos os dias;
(D) Quando os carros deram a partida, os mecânicos faziam outras tarefas;
(E) Enquanto a lua iluminava o terreno, a empregada fazia as velas iluminarem a sala.

22

A frase em que NÃO há nenhum termo elidido é:

(A) Ela trabalha muito, mas eu, não;
(B) Nem todos sabem o valor que têm;
(C) Um amigo é a pessoa que ama as mesmas coisas que você;
(D) O importante não é o dinheiro, mas como gastá-lo;
(E) Os impostos trazem despesas excessivas para o povo.

23

Alguns termos de um texto são explicitados por termos posteriores (catáforas) e não por termos anteriores, como nas anáforas.

A frase abaixo que tem um exemplo de catáfora é:

(A) Ele é um grande craque, esse tal de João;
(B) Encontrei o deputado numa festa, mas nunca mais o vi;
(C) Comprei o novo computador no Mercado Livre;
(D) As frutas e os legumes eu trouxe, mas o restante, não;
(E) Os meus vizinhos sempre me auxiliam nas tarefas.

24

"No programa 'O Brasil visto do alto' só se observam as belezas do país". Nesse pequeno texto há uma referência a uma marca dos textos descritivos que é:

(A) a impossibilidade de descrever todos os dados do real;
(B) a necessidade de só se descreverem alguns dos dados do que é observado;
(C) o desejo de se descreverem somente os dados esteticamente positivos;
(D) a limitação da posição do observador que o torna incapaz de descrever todos os dados do que observa;
(E) a dificuldade de o observador descrever dados que ele desconhece.

25

As fábulas são textos narrativos que, geralmente, mostram animais humanizados e são acompanhados de uma moral, um ensinamento para os seres humanos.

Esses textos NÃO são situados cronologicamente porque:

(A) não é conhecido o momento de sua ocorrência;
(B) esse dado não é importante para o entendimento;
(C) os fatos são totalmente inverossímeis;
(D) são obras muito antigas cuja datação é difícil;
(E) a mensagem do texto é atemporal.

26

Observe o seguinte texto descritivo a seguir.

"A casa estava situada em centro de terreno; era bastante grande, com duas salas, quatro quartos, dois banheiros e um pequeno quintal. O piso de todos os cômodos era de cerâmica cinzenta e cada um deles possuía uma iluminação diferente".

Nesse caso, a estratégia discursiva parte:

(A) de longe para perto;
(B) de cima para baixo;
(C) das partes para o todo;
(D) de baixo para cima;
(E) do todo para as partes.

27

"No meio do terreno, as abelhas zumbiam debaixo de uma árvore".

Nessa frase há uma relação direta entre o verbo *zumbir* e o som produzido pelas abelhas; o exemplo abaixo em que o som representado pelo verbo NÃO está adequado ao substantivo indicado é:

(A) tilintar / moedas;
(B) farfalhar / folhas pisadas;
(C) estalar / as juntas do corpo;
(D) zurrar / os burros;
(E) crepitar / os galhos quebrados.

28

"Observei a paisagem da janela, que se estendia por largo espaço e brilhava sob o sol. Verifiquei que a falta de chuvas havia feito estragos e que seria necessário irrigação urgente, mas abandonei a reflexão quando me chamaram ao portão".

Como a narrativa é marcada por uma sucessão cronológica de fatos, uma sequência de tempos verbais que mostra essa sucessão é:

(A) observei / estendia / brilhava;
(B) estendia / brilhava / havia feito;
(C) verifiquei / havia feito / abandonei;
(D) verifiquei / havia feito / seria necessário;
(E) observei / verifiquei / abandonei.

29

Todos os jogadores são elegantes

Eduardinho é jogador

Eduardinho é elegante

O texto acima é um exemplo de silogismo que apresenta uma falha estrutural, que é:

(A) ocorre uma relação de causa e efeito defeituosa;
(B) é feita uma simplificação exagerada;
(C) estabelece-se uma falsa analogia;
(D) a premissa inicial não é verdadeira;
(E) a conclusão não é fundamentada nas premissas.

30

Observe o raciocínio a seguir.

O médico recomendou-me este xarope. Vou ficar bom logo.

Sempre que passamos de uma premissa diretamente a uma conclusão, assumimos como verdadeira uma ideia intermediária.

A ideia intermediária desse raciocínio é:

(A) o médico é bastante competente;
(B) o xarope é um medicamento tradicional;
(C) o xarope vai ser tomado na dosagem certa;
(D) o exame foi demorado e meticuloso;
(E) o remédio é de criação recente.

Raciocínio Lógico Matemático

31

Considere as proposições a seguir.

I. 30% de 120 = 36 e 25% de 140 = 36.
II. 30% de 120 = 36 ou 25% de 140 = 36.
III. Se 25% de 140 = 36, então 30% de 120 = 36.

É correto concluir que:

(A) apenas a proposição I é verdadeira;
(B) apenas a proposição II é verdadeira;
(C) apenas as proposições II e III são verdadeiras;
(D) todas são verdadeiras;
(E) nenhuma é verdadeira.

32

Dois quilos de A mais um quilo de B custam R$ 7,40.

Três quilos de B mais um quilo de A custam R$ 11,70.

Pode-se concluir que um quilo de A mais um quilo de B custam:

(A) R$ 5,30;
(B) R$ 5,60;
(C) R$ 5,75;
(D) R$ 5,90;
(E) R$ 6,10.

33

Considere a sentença: "Se não estou cansado, então vejo televisão ou vou ao cinema".

A negação lógica dessa sentença é:

(A) Se estou cansado, então não vejo televisão e não vou ao cinema;
(B) Se estou cansado, então vejo televisão ou vou ao cinema;
(C) Se não vejo televisão e não vou ao cinema, então estou cansado;
(D) Não estou cansado e não vejo televisão e não vou ao cinema;
(E) Estou cansado ou vejo televisão ou vou ao cinema.

34

A uma velocidade média de 80 km/h percorre-se uma certa distância em 3 horas e 15 minutos.

A uma velocidade média de 60 km/h, a mesma distância é percorrida em:

(A) 2 horas e 54 minutos;
(B) 3 horas e 45 minutos;
(C) 4 horas e 20 minutos;
(D) 4 horas e 30 minutos;
(E) 4 horas e 45 minutos.

35

Carlos pagou uma conta atrasada com 5% de juros, no total de R$ 378,00.

Se tivesse pagado a conta em dia, sem os juros, o valor que Carlos pagaria é:

(A) R$ 356,40;
(B) R$ 359,10;
(C) R$ 360,00;
(D) R$ 360,40;
(E) R$ 362,00.

36

Observe a sequência infinita a seguir.

BCDFGHGFDCBCDFGHGFDCBCDFGHGFDCBCD...

A 2019ª letra dessa sequência é:

(A) B;
(B) C;
(C) D;
(D) F;
(E) G.

37

Sobre os conjuntos *A* e *B,* sabe-se que:

- *A* – *B* tem 7 elementos;
- *A* tem 28 elementos;
- A união de *A* e *B* tem 38 elementos.

O número de elementos do conjunto *B* é:

(A) 10;
(B) 18;
(C) 21;
(D) 31;
(E) 35.

38

Considere quatro cartões, cada um deles com uma das letras M, P, R, J e três urnas numeradas 1, 2 e 3.

O número de maneiras diferentes de distribuir os quatro cartões pelas três urnas, de tal modo que uma das urnas fique com dois cartões e cada uma das outras duas urnas fique com um cartão, é:

(A) 36;
(B) 32;
(C) 24;
(D) 18;
(E) 12.

39

Em um dado viciado, cada algarismo par tem probabilidade de ocorrência o dobro da probabilidade de ocorrência de cada algarismo ímpar. Esse dado é lançado duas vezes.

A probabilidade de a soma dos números obtidos nos dois lançamentos ser igual a 4 é:

(A) $\frac{2}{81}$;

(B) $\frac{1}{27}$;

(C) $\frac{4}{81}$;

(D) $\frac{5}{81}$;

(E) $\frac{2}{27}$.

40

Em uma rua retilínea há 20 postes espaçados igualmente entre si. A distância entre dois postes quaisquer consecutivos é de 15 metros.

A distância entre o terceiro poste e o décimo sétimo poste é:

(A) 225 metros;
(B) 210 metros;
(C) 195 metros;
(D) 180 metros;
(E) 165 metros.

Organização do Ministério Público

41

Após ampla investigação realizada no âmbito de inquérito civil instaurado a partir de representação do Deputado Estadual João, o Procurador-Geral de Justiça decidiu inexistirem provas da prática de ato de improbidade administrativa por parte do Governador do Estado Alfa, decidindo pelo seu arquivamento.

À luz da sistemática vigente, o referido arquivamento:

(A) deve ser homologado pelo Colégio de Procuradores de Justiça;
(B) deve ser homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público;
(C) deve ser homologado pela Assembleia Legislativa;
(D) deve ser homologado pelo Poder Judiciário;
(E) independe de homologação.

42

Determinado cidadão, com o objetivo de colaborar para o melhor exercício das atividades do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, solicitou ao Procurador-Geral de Justiça que os membros da Instituição (a) organizassem os arquivos dos órgãos de execução com observância dos padrões que indicava; (b) incluíssem determinada circunstância qualificadora, sempre que presente o devido suporte fático, nas denúncias que oferecessem perante os órgãos jurisdicionais com competência criminal; e (c) finalizassem a instrução dos inquéritos civis em certo prazo.

Caso o Procurador-Geral de Justiça entendesse que as medidas alvitradas eram convenientes e harmônicas com a ordem jurídica, aquela(s) referida(s) em:

(A) (a) e (c) deveriam ser veiculadas por meio de recomendação;
(B) (a), (b) e (c) deveriam ser veiculadas por meio de resolução;
(C) (b) deveria ser veiculada em recomendação;
(D) (b) e (c) deveriam ser veiculadas em resolução;
(E) (a) deveria ser veiculada em recomendação.

43

Pedro, membro do Ministério Público do Estado Alfa, sofreu representação pelos mesmos fatos, simultaneamente, perante a Corregedoria-Geral do Ministério Público e o Conselho Nacional do Ministério Público, em razão do alegado descumprimento dos seus deveres funcionais.

À luz da sistemática vigente, o Conselho Nacional do Ministério Público:

(A) somente pode conhecer da representação em grau de revisão, não em caráter originário;
(B) somente pode conhecer da representação em se tratando de ilícito que possa acarretar a perda da função;
(C) pode deixar de conhecer da representação em postura de autocontenção, até o seu desfecho na Corregedoria-Geral;
(D) está obrigado a processar e julgar a representação, daí resultando a suspensão da tramitação na Corregedoria-Geral;
(E) não tem competência para processar e julgar representação contra membros.

44

O setor competente do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro informou à Chefia Institucional sobre a necessidade de serem adquiridas algumas centenas de microcomputadores, com o objetivo de substituir os equipamentos em uso, que estão obsoletos. Após as necessárias cotações, a compra foi orçada em cerca de um milhão e quatrocentos mil reais, devendo ser antecedida da modalidade de licitação denominada pregão. Por tal razão, a Chefia Institucional indagou de sua assessoria jurídica os requisitos a serem observados pelo pregão, sendo-lhe respondido que o aviso de convocação dos interessados, nos termos da Resolução GPGJ nº 2.059/2016, deveria ser publicado:

(A) apenas no Diário Oficial e no sítio eletrônico da Instituição, devendo ser preferido o pregão eletrônico;
(B) apenas no Diário Oficial e no sítio eletrônico da Instituição, devendo ser preferido o pregão presencial;
(C) no Diário Oficial, no sítio eletrônico da Instituição e em jornal de grande circulação local, devendo ser preferido o pregão eletrônico;
(D) no Diário Oficial, no sítio eletrônico da Instituição e em jornal de grande circulação local, devendo ser preferido o pregão presencial;
(E) no Diário Oficial, no sítio eletrônico da Instituição e em jornal de grande circulação regional ou nacional, devendo ser preferido o pregão eletrônico.

45

Foi instaurado, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a partir de iniciativa da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Planejamento Institucional, processo administrativo direcionado à elaboração do Planejamento Estratégico da Instituição.

À luz da sistemática estabelecida pela Resolução GPGJ nº 2.126/2017, o referido projeto deve ser elaborado em consonância com as seguintes diretrizes:

(A) ciclo de revisão anual e envolvimento direto dos órgãos administrativos e de execução da Instituição;
(B) ciclo de revisão bianual, realização de audiências públicas e ampla divulgação na imprensa;
(C) ciclo de revisão trianual, envolvimento da sociedade e desenvolvimento tecnológico;
(D) ciclo de revisão quadrienal, envolvimento da sociedade e realização de audiências públicas;
(E) ciclo de revisão quinquenal, realização de audiências públicas e desenvolvimento tecnológico.

46

Operante servidor do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro percebeu que a sociedade empresária Alfa praticara fraude à licitação, o que permitiu que se saísse vitoriosa no certame e celebrasse contrato administrativo com a Instituição.

Considerando o enquadramento dessa conduta como ato lesivo à Administração Pública, tipificado no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, nos termos da Resolução GPGJ nº 2.189/2018, a aplicação das sanções administrativas de que trata o referido diploma legal está condicionada à decisão de instauração de:

(A) procedimento disciplinar, pelo Secretário-Geral, cabendo ao Procurador-Geral de Justiça decidir sobre a aplicação das sanções;
(B) processo administrativo de responsabilização, pelo Secretário-Geral, cabendo a essa autoridade decidir sobre a aplicação das sanções;
(C) procedimento apuratório, pelo Subprocurador-Geral de Justiça de Administração, cabendo a essa autoridade decidir sobre a aplicação das sanções;
(D) processo administrativo de responsabilização, pelo Secretário-Geral, cabendo ao Procurador-Geral de Justiça decidir sobre a aplicação das sanções;
(E) processo administrativo de responsabilização, pelo Procurador-Geral de Justiça, cabendo a essa autoridade decidir sobre a aplicação das sanções.

47

A Secretaria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro decidiu organizar procedimento licitatório com o objetivo de formalizar ata de registro de preços para a contratação de serviços de manutenção de certos equipamentos.

À luz da sistemática estabelecida na Resolução GPGJ nº 2.264/2018, a referida licitação deve observar:

(A) as modalidades concorrência ou pregão, a validade da ata não pode ser superior a 1 (um) ano e a contratação não é obrigatória;
(B) exclusivamente a modalidade pregão, a validade da ata não pode ser superior a 1 (um) ano e a contratação não é obrigatória;
(C) as modalidades concorrência ou pregão, a validade da ata não pode ser superior a 1 (um) ano e a contratação é obrigatória;
(D) exclusivamente a modalidade concorrência, a validade da ata não pode ser superior a 2 (dois) anos e a contratação é obrigatória;
(E) exclusivamente as modalidades concorrência ou pregão, a validade da ata não pode ser superior a 2 (dois) anos e a contratação é obrigatória.

48

Pedro, Promotor de Justiça da Comarca Alfa, ajuizou ação civil por ato de improbidade administrativa em face do Prefeito do Município Alfa. Irresignado, o Prefeito requereu ao diretório nacional do seu partido político que adotasse as providências necessárias para que Pedro fosse removido da comarca.

À luz da sistemática constitucional, Pedro:

(A) pode ser removido compulsoriamente, por livre decisão do Procurador-Geral de Justiça;
(B) pode ser removido compulsoriamente, por livre decisão da maioria simples do colegiado competente;
(C) somente pode ser removido de modo voluntário, conforme lhe assegura a garantia da inamovibilidade;
(D) pode ser removido compulsoriamente, por interesse público, pelo voto de dois terços do colegiado competente;
(E) pode ser removido compulsoriamente, por interesse público, pelo voto da maioria absoluta do colegiado competente.

49

Maria, servidora pública outrora ocupante de cargo de provimento efetivo do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, foi colocada em disponibilidade em razão da extinção do seu cargo.

Caso haja outro cargo de natureza e vencimento compatível com os do ocupado anteriormente, possibilitando que Maria retorne ao serviço ativo, tal caracterizará:

(A) a sua reversão;
(B) a sua reintegração;
(C) o seu aproveitamento;
(D) a sua transferência;
(E) a sua readaptação.

50

Antônio tomou posse em cargo de provimento efetivo do quadro de serviços auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

À luz da sistemática de promoção e de progressão na carreira, estabelecida pela Lei Estadual nº 5.891/2011, Antônio pode:

(A) ser promovido, por antiguidade, da classe “A” para a “B” e desta para a “C” e, dentro de cada classe, pode progredir por 3 padrões remuneratórios;
(B) ser promovido, por antiguidade ou merecimento, apenas da classe “A” para a “B” e, dentro de cada classe, pode progredir por 5 padrões remuneratórios;
(C) ser promovido, por antiguidade ou merecimento, da classe “A” para a “B” e desta para a “C” e, dentro de cada classe, pode progredir por 5 padrões remuneratórios;
(D) progredir, por antiguidade ou merecimento, da classe “A” para a “B” e desta para a “C” e, dentro de cada classe, pode ser promovido a até 3 padrões remuneratórios;
(E) progredir, por antiguidade ou merecimento, da classe “A” para a “B” e desta para a “C” e, nesta classe, pode progredir, por antiguidade, em 5 padrões remuneratórios.

Noções de Informática

51

Caio quer ter acesso às páginas do site http://blograro.com.br que contêm a palavra "brasil" e não contêm a palavra "governo".

No contexto do site de buscas do Google, o texto de busca que deve ser utilizado para esse fim é:

(A) `site:.blograro.com.br brasil –governo`
(B) `.blograro.com.br/ brasil –governo`
(C) `site: blograro.com.br brasil ~"governo"`
(D) `site.blograro.com.br brasil – governo`
(E) `site blograro.com.br brasil –governo`

52

João abriu uma planilha nova no MS Excel 2010 BR, ainda totalmente "em branco" e acionou, por engano, um dos comandos disponíveis na guia "Dados", obtendo a mensagem de erro a seguir.

"Não é possível concluir o comando usando o intervalo especificado. Selecione uma única célula dentro do intervalo e repita o comando."

Considere alguns dos comandos disponíveis na referida guia:

I. Classificar

II. Filtro

III. Remover Duplicadas

IV. Validação de Dados

Nesse cenário, essa mensagem poderia ser provocada somente pelos comandos:

(A) I e II;
(B) I, II e III;
(C) II e III;
(D) II e IV;
(E) II, III e IV.

53

Maria procura um arquivo dentre os milhares gravados em seu computador e está usando as "Ferramentas de Pesquisa", disponíveis no "Explorador de Arquivos" do Windows.

Sobre o arquivo procurado, Maria lembra aproximadamente do tamanho, da data da última modificação e do tipo do arquivo.

Nesse caso, o processo de busca é capaz de considerar:

(A) apenas a data;
(B) apenas a data e o tipo;
(C) apenas o tamanho e o tipo;
(D) apenas o tamanho e a data;
(E) o tamanho, a data e o tipo.

54

João está preparando um documento no MS Word 2010 BR que foi organizado em capítulos. A numeração de páginas deve ser contínua a partir da página 1, e cada novo capítulo deve iniciar numa nova página, de número ímpar.

Para obter esse efeito de modo automático, João deve, para cada capítulo, usar uma quebra de:

(A) cabeçalho;
(B) coluna;
(C) página;
(D) rodapé;
(E) seção.

55

Carlos abriu um novo documento no MS Word, mudou a fonte do texto e digitou seu nome em letras maiúsculas, obtendo o texto abaixo.

ΧΑΡΛΟΣ

Sabendo-se que o teclado está configurado para o idioma português e que a instalação do Word dispõe apenas das fontes usuais, pode-se deduzir que a fonte escolhida por Carlos foi:

(A) Arial;
(B) Itálico;
(C) Symbol;
(D) Times New Roman;
(E) Versalete.

56

Numa planilha MS Excel 2010 BR, todas as células da região A1:C2 estão preenchidas com números inteiros, e nenhuma delas contém fórmulas.

A combinação de fórmulas cuja inserção nas células A3 e B3, respectivamente, provocaria um "aviso de referência circular", é:

(A) `=SOMA(C1:C3)`
`=SOMA(C1:C2)`
(B) `=SOMA(A1:C3)`
`=SOMA(A1:C2)`
(C) `=SOMA(A1:C2)`
`=SOMA(A1:C2)`
(D) `=SOMA(A1:B2)`
`=SOMA(C2:C3)`
(E) `=SOMA(A1:A1)`
`=SOMA(B1:C1)`

57

Arquivos do MS Excel 2010 BR podem ser danosos quando gravados com a extensão "xlsm".

Nesse caso, a ameaça advém, especialmente:

(A) de links ocultos nas células;
(B) de arquivos ".exe" ocultos no corpo da planilha;
(C) de referências a planilhas externas;
(D) da existência de macros anexadas;
(E) da impossibilidade de certificação desse tipo de arquivo.

58

A transferência de arquivos entre empresas, instituições e pessoas é uma importante funcionalidade dos computadores. Essas transferências em geral requerem requisitos especiais de segurança e velocidade.

Programas que executam esse tipo de tarefa são baseados num protocolo de Internet amplamente conhecido pela sigla:

(A) FTP
(B) HTTP
(C) POP3
(D) SMTP
(E) VPN

59

Observe, a seguir, um trecho do documento que está sendo editado por Maria no MS Word 2010 BR.

O maior time do mundo.

Nesse trecho, Maria realizou as operações que seguem, na ordem:

0. Pressionou a opção *Controlar Alterações* na guia Revisão;
1. Selecionou a palavra "time";
2. Pressionou a tecla "Delete";
3. Digitou a palavra "herói", seguida de um espaço;
4. Selecionou a palavra "maior";
5. Clicou no ícone "N" de negrito na guia Página Inicial;
6. Clicou no ícone "Desfazer digitação" na *Barra de Ferramentas de Acesso Rápido* (no alto da tela, à esquerda).

Realizadas essas operações, o trecho é exibido como:

(A) O maior ~~time~~ herói do mundo.
(B) O maior herói do mundo.
(C) O maior ~~time~~ herói do mundo.
(D) O maior time do mundo.
(E) O maior do mundo.

60

Quando um site da Internet é aberto, é comum que surja uma indagação sobre a conveniência de salvar a senha ou não. Além disso, em alguns casos, o *login* é feito automaticamente quando a senha foi armazenada.

Contudo, é possível alterar esse comportamento, tanto no caso da senha como no caso do *login* automático.

No contexto do Chrome, operando sob o Windows 10, esses ajustes devem ser feitos:

(A) nas configurações do navegador;
(B) nas configurações do Windows;
(C) nos próprios sites e páginas que são acessados;
(D) por meio da edição dos cookies;
(E) por meio do Firewall do Windows.

Noções de Direito Administrativo e Constitucional

61

O Município Alfa decidiu estimular a participação de organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que não contasse com qualquer qualificação obtida com base em legislação específica, em projetos de interesse público e recíproco. Para tanto, lançou chamamento público para que os interessados apresentassem os seus projetos, sendo celebrado ajuste com a organização vencedora, que seria contemplada com a transferência de recursos financeiros.

À luz da sistemática vigente, o referido ajuste terá a forma de:

(A) termo de parceria;
(B) contrato de gestão;
(C) termo de interação;
(D) termo de colaboração;
(E) acordo de cooperação.

62

Durante a travessia de um rio, a barca utilizada para o transporte de passageiros entre dois Municípios distintos, explorada por concessionária de serviço público, chocou-se com uma embarcação particular.

À luz da sistemática constitucional e da possibilidade de ser, ou não, perquirida a culpa, exclusiva ou concorrente, do particular, a responsabilidade do Estado será:

(A) objetiva, observada a teoria do risco social;
(B) objetiva, observada a teoria do risco integral;
(C) objetiva, observada a teoria do risco administrativo;
(D) condicionada à prova da culpa do agente público;
(E) condicionada à prova do mau funcionamento do serviço.

63

Uma fábrica de tecidos despejou grande quantidade de dejetos químicos no principal rio do Município Alfa, daí decorrendo o comprometimento do fornecimento de água potável e mortandade de peixes, afetando o trabalho dos pescadores e a qualidade do pescado. Ao tomar conhecimento dos fatos, João, vereador do Município vizinho, que sequer fora atingido pelos fatos, decidiu postular em juízo a reparação dos danos causados.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que João:

(A) não tem legitimidade para postular a reparação pelos danos causados, por residir em outro Município;
(B) tem legitimidade para postular a reparação pelos danos causados, tratando-se de interesse coletivo;
(C) tem legitimidade para postular a reparação pelos danos causados, tratando-se de interesse difuso;
(D) não tem legitimidade para postular a reparação pelos danos causados, tratando-se de interesse coletivo;
(E) não tem legitimidade para postular a reparação pelos danos causados, por se tratar de interesse individual homogêneo.

64

Pedro, servidor público do Município Beta, foi acusado, pelo referido Município, de ter violado o seu dever legal de sigilo. O polo passivo da relação processual foi igualmente ocupado por José, particular que o teria auxiliado e se beneficiado da quebra de sigilo. O Juiz de Direito, ao proferir a sua sentença, decidiu inexistir qualquer prova de que Pedro praticara o ato ilícito. Por outro lado, as provas em relação a José eram irrefutáveis, pois ele efetivamente teve acesso à informação sigilosa.

Considerando que a sentença foi proferida no âmbito de uma ação civil por ato de improbidade administrativa, o Juiz de Direito deve:

(A) absolver Pedro e condenar José;
(B) condenar Pedro e absolver José;
(C) absolver Pedro e José;
(D) condenar Pedro e José;
(E) encaminhar os autos ao Ministério Público.

65

Determinada sociedade empresária, que mantinha diversos contratos com a administração pública municipal, percebeu uma intensa diminuição do lucro em dois deles. No contrato (a) identificou-se que a administração municipal tinha alterado, unilateralmente, parte substancial do contrato, dificultando a sua execução; enquanto no contrato (b) a diminuição do lucro decorrera do aumento de imposto a cargo do Município.

À luz da sistemática legal, é correto afirmar que:

(A) ambas as situações são exemplos de álea administrativa, sendo que no contrato (a) ocorre o fato da administração e no (b), o fato do príncipe;
(B) ambas as situações são exemplos de álea administrativa, sendo que no contrato (a) ocorre o fato do príncipe e no (b), o fato da administração;
(C) ambas as situações são exemplos de álea econômica, sendo que no contrato (a) ocorre fato da administração e no (b), a teoria da imprevisão;
(D) o contrato (a) é exemplo de álea administrativa, enquanto fato da administração, e o (b), de álea econômica, enquanto teoria da imprevisão;
(E) ambas as situações são exemplos de álea econômica, sendo que em ambos os contratos se verificam ocorrências de fato do príncipe.

66

A Lei nº XX/2018, do Estado Alfa, dispôs sobre a gratuidade nos serviços portuários, nas condições que indicava, no porto existente no Rio Alfa, que atravessava o território do Estado. No dia da promulgação desse diploma normativo, a sociedade empresária responsável pela exploração do porto solicitou que sua assessoria jurídica analisasse a compatibilidade do referido diploma normativo com a ordem constitucional.

A assessoria respondeu, corretamente, que a Lei nº XX/2018 é:

(A) inconstitucional, pois o serviço é explorado pela União, o que impede o Estado de conceder a isenção;
(B) inconstitucional, apenas pelo fato de a lei estadual não ter indicado a fonte de custeio da gratuidade concedida;
(C) constitucional, pois o porto está situado no território do Estado, o que atrai a sua competência para conceder a isenção;
(D) constitucional, pois a União e o Estado possuem competência concorrente para legislar sobre o regime dos portos, incluindo a concessão de isenções;
(E) inconstitucional, pois a necessidade de ser preservado o equilíbrio econômico-financeiro impede a concessão de gratuidades em qualquer serviço público.

67

Para melhor proteger o patrimônio histórico do Município Alfa, que contava com construção ornada com pinturas de importante pintor nascido na localidade, o Prefeito foi informado de que a medida mais adequada seria o tombamento. Um assessor próximo ao Chefe do Executivo, porém, afirmou que a medida seria inadequada, pois (a) tem vigência temporária, (b) precisa ser renovada a cada alienação do imóvel, (c) sempre exige prévia indenização e (d) pode ser cancelada.

À luz da ordem jurídica vigente, o assessor somente está certo em relação à(s) observação(ões):

(A) (c);
(B) (d);
(C) (a) e (c);
(D) (b) e (c);
(E) (a), (b) e (d).

68

Antônio, após anos de estudos, logrou êxito em ser aprovado em concurso público de provas e títulos e tomou posse em um cargo de provimento efetivo. Como o seu objetivo sempre foi o de ter segurança jurídica, ficou aliviado com a conquista, já que servidor público estável "não pode ser demitido".

Para sua surpresa, o Departamento de Recursos Humanos lhe informou que, de acordo com a sistemática constitucional, ele poderia perder o cargo:

(A) em virtude de sentença judicial transitada em julgado, processo administrativo ou, na forma de lei complementar, mediante procedimento de avaliação de desempenho;
(B) em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou processo administrativo, desde que tenha praticado crime incompatível com o exercício da função;
(C) em virtude de decisão fundamentada do superior hierárquico ou, caso tenha mais de três anos de efetivo exercício funcional, apenas por sentença judicial transitada em julgado;
(D) caso as despesas com pessoal superassem os limites legais ou em razão de decisão proferida em processo administrativo, vedada a intervenção do Poder Judiciário;
(E) apenas em virtude de sentença judicial transitada em julgado, quando tiver completado 3 (três) anos de efetivo exercício funcional.

69

Um grupo de dez senadores subscreveu proposta de emenda constitucional com o objetivo de alterar a redação de alguns preceitos do art. 5º da Constituição da República de 1988, embora a sua essência fosse preservada. Após ampla discussão, a proposta foi aprovada por cada Casa Legislativa, em dois turnos de votação, pelo voto de três quintos dos seus membros, sendo por fim promulgada, pelo Presidente da República, a Emenda Constitucional nº XX.

À luz da sistemática constitucional, a referida Emenda é inconstitucional por:

(A) apresentar vício de iniciativa e ter sido promulgada por autoridade incompetente;
(B) não ter observado o quórum de aprovação e o quantitativo de turnos de votação exigidos;
(C) apresentar vício de iniciativa, não ter observado o quórum de aprovação e o quantitativo de turnos de votação exigidos;
(D) ter afrontado os limites materiais de reforma, não ter observado o quórum de aprovação e ter sido promulgada por autoridade incompetente;
(E) ter afrontado os limites materiais de reforma, não ter observado o quórum de votação exigido e ter sido promulgada por autoridade incompetente.

70

O Tribunal de Justiça do Estado Alfa proferiu acórdão no qual foi aplicada lei estadual que manifestamente contrariava lei federal.

Considerando que a instância ordinária foi devidamente exaurida, preenchidos os demais requisitos exigidos, é cabível a interposição de recurso:

(A) ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
(B) ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
(C) extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
(D) especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
(E) de revista, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

71

Certa pessoa jurídica constituída sob a égide das leis brasileiras, sediada no Estado Alfa, praticou ato lesivo à Administração Pública de outro País, cujos efeitos se consumaram exclusivamente no estrangeiro.

À luz da sistemática estabelecida pela Lei nº 12.846/2013, a referida pessoa jurídica:

(A) não poderá ser responsabilizada pelas autoridades brasileiras;
(B) somente poderá ser administrativamente responsabilizada pela Controladoria-Geral da União;
(C) somente poderá ser judicialmente responsabilizada, o que se dará por autoridade da União;
(D) poderá ser administrativa e judicialmente responsabilizada pelas autoridades do Estado Alfa;
(E) somente poderá ser judicialmente responsabilizada, o que se dará por iniciativa do Ministério Público do Estado Alfa.

72

O Ministério Público do Estado Alfa, por meio dos órgãos competentes, elaborou a proposta orçamentária que deveria ser utilizada como base do seu orçamento para o exercício financeiro vindouro.

À luz da sistemática constitucional, a referida proposta deve ser elaborada em harmonia com:

(A) a Lei de Diretrizes Orçamentárias e encaminhada diretamente ao Poder Legislativo;
(B) as orientações fixadas em regulamento do Poder Executivo e encaminhada diretamente ao Legislativo;
(C) a Lei de Diretrizes Orçamentárias e submetida ao Poder Executivo, que, aprovando-a, a encaminhará ao Legislativo;
(D) as orientações fixadas em regulamento do Poder Executivo e a encaminhará a este último, que a submeterá ao Legislativo;
(E) a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a encaminhará ao Poder Executivo, que a submeterá ao Legislativo.

73

João, Professor de Direito Constitucional, explicou aos seus alunos que "a ordem constitucional é viva, de modo que as vicissitudes da realidade e as peculiaridades do caso concreto possibilitarão a obtenção de novas normas constitucionais, ainda que o texto permaneça inalterado."

A explicação de João se ajusta a uma concepção:

(A) contratual da Constituição, expressando a denominada reforma constitucional;
(B) concretista da Constituição, expressando a denominada reforma constitucional;
(C) formalista da Constituição, expressando a denominada revisão constitucional;
(D) concretista da Constituição, expressando a denominada mutação constitucional;
(E) formalista da Constituição, expressando a denominada mutação constitucional.

74

O Secretário de Estado de Habitação do Estado Alfa, após regular processo administrativo, constatou que a sociedade empresária Beta tinha sido responsável pela inexecução de considerável parcela do contrato que celebrara com o Estado, visando à construção de moradias populares. Por tal razão e levando em consideração os demais elementos dos autos, decidiu aplicar-lhe a denominada "declaração de inidoneidade", prevista no art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

À luz da sistemática legal, a referida sanção faz com que a sociedade empresária Beta fique impossibilitada de:

(A) participar de qualquer licitação no âmbito do Estado Alfa, que tenha objeto idêntico ao contrato que deixou de executar;
(B) licitar ou contratar com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;
(C) licitar ou contratar com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Estado Alfa, responsável pela sanção;
(D) ser contratada diretamente, sem licitação, por todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;
(E) celebrar contratos que envolvam pagamentos adiantados, quer com a iniciativa privada, quer com os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

75

A sociedade empresária Beta, que rotineiramente participava de licitações junto ao Poder Público, foi informada por seu advogado sobre a publicação de um edital do seu interesse. De acordo com o advogado, poderiam participar da licitação, que tinha por objetivo adquirir resmas de papel, os interessados devidamente cadastrados ou que atendessem as condições exigidas até o terceiro dia anterior ao recebimento das propostas.

À luz da ordem jurídica vigente, a modalidade de licitação que se enquadra na descrição do advogado é:

(A) regime diferenciado de contratação;
(B) registro de preços;
(C) tomada de preços;
(D) concorrência;
(E) concurso.

Administração Geral, Administração Pública e Contabilidade Pública

76

Uma organização compra de um fornecedor peças para manutenção de computadores por R$30,00 a unidade. A organização estima que o consumo anual dessas peças será de 900 unidades para o ano de 2020. O custo para fazer o pedido ao fornecedor é de R$25,00 e o custo de posse do estoque é de R$8,00 por unidade ao ano.

Nessas condições, o lote econômico de compra das peças de manutenção e o número de pedidos ao ano são, respectivamente:

(A) 328 unidades e 3 pedidos/ano;
(B) 288 unidades e 3 pedidos/ano;
(C) 75 unidades e 12 pedidos/ano;
(D) 50 unidades e 18 pedidos/ano;
(E) 36 unidades e 25 pedidos/ano.

77

Um projeto originalmente previsto para durar 1 ano foi analisado, em determinada data de controle, pela técnica de EVA (*earned value analysis*). A situação do projeto nessa data era:

PV = R$600,00, equivalente a 40% do planejado;

EV = R$200,00, equivalente a 30% do planejado, e

AC = R$620,00.

O gerente do projeto está otimista e acredita que o restante do trabalho será executado de acordo com o PV.

O orçamento na data de conclusão (BAC) é:

(A) R$1.500,00;
(B) R$1.380,00;
(C) R$1.200,00;
(D) R$1.000,00;
(E) zero.

78

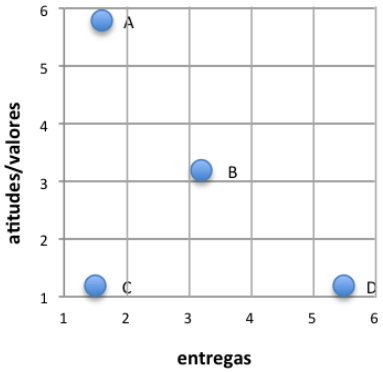
Um órgão público quer melhorar o controle e a avaliação do desempenho dos processos sob responsabilidade das diversas áreas funcionais, por meio da adoção de indicadores de desempenho.

Seriam indicadores adequados para avaliar o desempenho operacional dos processos da área de recursos humanos:

(A) índice de empregados de alta performance; índice de preenchimento de vagas no prazo;
(B) gastos totais com terceirizados; número total da força de trabalho;
(C) passivo trabalhista total; percentual de terceirizados sobre total da força de trabalho;
(D) índice de cargos insalubres; *turnover* global;
(E) lucro líquido por empregado; custo total das reclamações trabalhistas.

79

A figura abaixo mostra uma matriz do tipo "Nine-Box" com parte das saídas de uma avaliação de desempenho com foco em competências. O gráfico mostra as entregas confrontadas com as atitudes e valores de quatro profissionais (A, B, C e D), com as escalas variando de 1 (não atende) a 6 (supera).



A gerente de RH da organização em que a avaliação foi realizada está analisando esses resultados para propor possíveis ações de gestão de pessoas.

Em relação aos funcionários, os dados indicam as seguintes situações e possibilidades de ação adequadas:

(A) **B** mostra-se aderente aos valores e está no meio da carreira: indicar para posições de assessoria; **C** está em começo de carreira e mostra desempenho adequado: indicar para programa de *trainees*;

(B) **D** mostra excelente capacitação técnica e fraca adesão aos valores desejados: indicar para treinamento de lideranças;
C não entrega nem mostra aderência aos valores desejados: considerar demissão;

(C) **B** mostra-se aderente aos valores e está no meio da carreira: indicar para programa de mentoria; **A** está em início de carreira e mostra grande potencial de desempenho: indicar para programa de *trainees*;

(D) **A** mostra excelente adesão aos valores e atitudes desejados, porém falta entrega: indicar para qualificação técnica; **D** tem entrega perto do ponto máximo: indicar para ser mentor de novos talentos;

(E) **D** tem entrega perto do ponto máximo e fraca adesão aos valores: avaliar a permanência na organização; **C** não entrega nem mostra aderência aos valores desejados: avaliar a permanência na organização.

80

O gerente de uma organização foi informado de que uma das melhores funcionárias de sua equipe, Maria, recebeu uma proposta de emprego em uma concorrente. Maria recebe R$8.000,00/mês na empresa. O gerente está considerando negociar com Maria um aumento salarial, para que ela permaneça na equipe. Mas, tendo em vista as limitações de orçamento, o gerente não pode propor um salário maior do que R$9.500,00/mês.

Na situação descrita, é correto afirmar que:

(A) o preço de reserva de Maria é R$9.500,00;

(B) a melhor alternativa à negociação do acordo é que Maria aceite o aumento de salário;

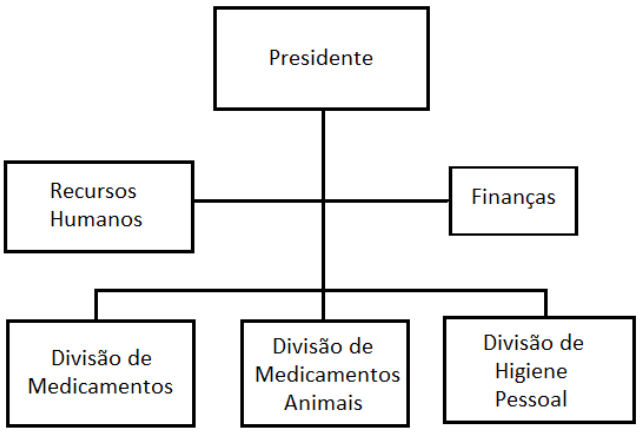
(C) a MAANA é de R$1.500,00;

(D) o preço de reserva do gerente é R$9.500,00;

(E) a zona de acordo possível é de R$1.500,00.

81

A figura abaixo representa a departamentalização da empresa XYZ.



Entre as vantagens do tipo de departamentalização adotada pela XYZ, está:

(A) permitir economia de escala e maximizar o uso eficiente dos recursos;

(B) facilitar a coordenação e a comunicação dentro das áreas funcionais;

(C) favorecer a inovação e a cooperação entre as unidades;

(D) concentrar o risco do negócio em poucas linhas de produtos;

(E) favorecer o controle do desempenho e a responsabilização pelos resultados.

82

Em seus processos de tomada de decisão, os administradores muitas vezes incorrem em armadilhas psicológicas que os afastam de decisões racionais. Uma armadilha que frequentemente afeta os administradores é a tendência a fazer escolhas que justifiquem decisões passadas, mesmo que essas decisões tenham se revelado erradas.

Essa armadilha é conhecida como:

(A) ancoragem;

(B) custo irrecuperável;

(C) evidência confirmadora;

(D) excesso de confiança;

(E) previsão retrospectiva.

83

A evolução da disciplina de Administração Pública pode ser compreendida por intermédio do estudo de seus períodos paradigmáticos.

O conceito de governo onde predomina a ideia de que governar é administrar corresponde ao paradigma:

(A) nova gestão pública;

(B) administração pública burocrática;

(C) *new public management*;

(D) estado do bem-estar social;

(E) gerencialismo.

84

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 é um importante instrumento de planejamento da política de educação, pois consiste em:

(A) conjunto de objetivos e linhas de ação expostos de forma geral, com visão crítica e prospectiva;
(B) proposta concreta de investimentos, caracterizada em termos técnicos, econômicos, financeiros, institucionais e legais;
(C) detalhamento das ações, medidas e metas previstas para um determinado período de governo;
(D) conjunto de despesas fixadas pelo Poder Legislativo, autorizando o Poder Executivo a realizá-las durante o exercício financeiro;
(E) processo decisório que procura definir alternativas de curso de ação.

85

O novo gestor do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, durante seu discurso de posse, enfatizou a necessidade de adaptar e transferir os conhecimentos gerenciais desenvolvidos no setor privado para o setor público.

Com base nessa fala, conclui-se que o novo gestor é adepto do seguinte paradigma de Administração Pública:

(A) meritocracia;
(B) modelo burocrático;
(C) nova república;
(D) *new public management*;
(E) *accountability*.

86

Existem diversas tipologias para classificar as políticas públicas. Uma das tipologias utiliza o critério de impacto das políticas públicas nos beneficiários.

Considerando esse critério, é correto afirmar que as políticas do sistema previdenciário e a ampliação da geração de energia elétrica são, respectivamente:

(A) constitutiva e redistributiva;
(B) distributiva e regulatória;
(C) constitutiva e regulatória;
(D) redistributiva e distributiva;
(E) redistributiva e regulatória.

87

Existem diversas estratégias para flexibilização da ação estatal. A alternativa a seguir que indica a estratégia e o conceito correto é:

(A) privatização é a transferência para organizações sociais de atividades não exclusivas do Estado;
(B) publicização é o processo de publicar e divulgar toda a ação estatal em mídia impressa de grande circulação;
(C) terceirização é a contratação de terceiros para a execução de serviços essenciais ou de apoio às atividades estatais;
(D) descentralização é a renúncia às funções estatais, através da concessão para exploração de bens, serviços ou investimentos públicos;
(E) desregulamentação é a eliminação de diplomas legais, normas, regulamentos e procedimentos burocráticos que inibem a atuação da iniciativa privada ou restrinjam as liberdades dos cidadãos.

88

A Constituição da República de 1988 estabeleceu três instrumentos de planejamento e orçamento.

Sobre esses instrumentos, é INCORRETO afirmar que:

(A) a Lei Orçamentária Anual é de iniciativa do chefe do Poder Executivo;
(B) o Plano Plurianual deverá estabelecer os programas de duração continuada;
(C) a Lei de Diretrizes Orçamentárias é um instrumento de conexão entre o PPA e o orçamento anual;
(D) o Plano Plurianual tem vigência de quatro anos, iniciando-se no primeiro exercício do mandato do chefe do Poder Executivo;
(E) a Lei Orçamentária Anual conterá três peças orçamentárias: o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das estatais e o orçamento da seguridade social.

89

Sobre o contrato de resultados, que é um instrumento de gestão pública, é INCORRETO afirmar que:

(A) tem que ser negociado, baseado na escuta e no acordo entre as partes;
(B) explicita as responsabilidades mútuas;
(C) é a delegação de competências para gerir resultados de uma organização pública;
(D) substitui o controle clássico pela hierarquia e pela burocracia;
(E) propõe as condições para sua alteração e indica o seu prazo de término.

90

Os governantes atuais de determinado município analisaram a política de agricultura familiar orgânica, implementada pelo governo anterior, e decidiram pela sua continuidade. Para tanto, argumentaram que os recursos estão escassos, não há tempo hábil nem capacidade técnica dos envolvidos na política para modificá-la.

Nessa situação, o estilo de tomada de decisão desses governantes é:

(A) racional;
(B) ótimo-normativo;
(C) incremental;
(D) normativo;
(E) distributivo.

91

O ciclo orçamentário contempla as fases de elaboração, discussão e aprovação, execução e avaliação do orçamento, as quais têm participação dos representantes dos poderes e também da sociedade.

No que tange à participação do Poder Legislativo, as alterações promovidas por parlamentares no projeto de lei do orçamento antes da sua votação são chamadas de:

(A) créditos adicionais;
(B) créditos suplementares;
(C) emendas;
(D) substitutivos;
(E) transposições.

92

O secretário de planejamento de um estado da Federação, ao conduzir o processo orçamentário em seu primeiro ano na função, planejou que, na repartição dos recursos orçamentários para cobertura das despesas dos órgãos, não era necessário incluir duas das fundações públicas estaduais, uma vez que elas não dependiam exclusivamente dos recursos do tesouro para executar suas atividades.

O procedimento do secretário de planejamento está em desacordo com o princípio do(a):

(A) equilíbrio;
(B) exclusividade;
(C) não afetação das receitas;
(D) precedência;
(E) universalidade.

93

Uma unidade da Federação incluiu no orçamento anual um programa com o objetivo de reduzir a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 a 25 anos, com ações específicas para esse público.

Uma medida de desempenho para esse programa poderia ser:

(A) número de alunos alfabetizados;
(B) proporção professor/aluno em sala de aula;
(C) quantidade de professores alocados no programa;
(D) valor per capita gasto com professores e pessoal de apoio;
(E) redução de 10% na taxa de analfabetismo no primeiro ano do programa.

94

No Anexo de Metas Fiscais que acompanha a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a apresentação das metas anuais:

(A) detalhará a composição do serviço da dívida;
(B) conterá valores corrigidos pela taxa básica de juros da economia;
(C) está circunscrita aos resultados nominal e primário;
(D) será acompanhada de metodologia e memória de cálculo;
(E) virá acompanhada das metas do exercício anterior.

Considere os dados do Quadro I a seguir extraídos do Balanço Patrimonial do exercício findo em 31/12/2018 de uma unidade da Federação, com valores expressos em milhares de reais.

Quadro I

Ativo Financeiro	2.870,00	Passivo Financeiro	1.340,00
Ativo Permanente	34.670,00	Passivo Permanente	19.520,00

Até o final do terceiro bimestre do exercício financeiro de 2019 foram registrados os seguintes fatos:

- Abertura de créditos adicionais extraordinários no valor de R$ 100 mil.
- Reabertura de créditos adicionais do exercício anterior no valor de R$ 245 mil.
- Anulação de dotações orçamentárias no valor de R$ 115 mil.
- Abertura de créditos adicionais especiais no valor de R$ 190 mil.
- Excesso de arrecadação no valor de R$ 160 mil, com tendência de crescimento até o final do exercício.

95

Considerando apenas as informações fornecidas no Quadro I, se o gestor da unidade da Federação precisar abrir um novo crédito adicional especial no início do mês de julho, ele poderá contar com o valor de (milhares de reais):

(A) 1.230,00;
(B) 1.270,00;
(C) 1.460,00;
(D) 1.530,00;
(E) 1.650,00.

96

A partir das informações apresentadas no Quadro I, o saldo patrimonial da unidade da Federação ao final do exercício de 2018 corresponde, em milhares de reais, a:

(A) 17.100,00;
(B) 16.680,00;
(C) 15.220,00;
(D) 15.150,00;
(E) 1.530,00.

Considere as informações apresentadas no Quadro II a seguir, com valores expressos em milhares de reais, relativas às despesas com uma ação orçamentária constante no orçamento anual de uma unidade da Federação aprovado em 22 de dezembro de 2018.

Cód	Descrição	Valor
46	Auxílio-Alimentação	60,00
61	Aquisição de Imóveis	500,00
14	Diárias - Civil	270,00
52	Equipamentos e Material Permanente	180,00
37	Locação de Mão de Obra	120,00
30	Material de Consumo Imediato	100,00
32	Material para Distribuição Gratuita	175,00
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	850,00
33	Passagens e Despesas com Locomoção	190,00
11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.000,00

97

A partir da análise das informações fornecidas no Quadro II, é correto afirmar que:

(A) não há dotação para despesas com investimentos;
(B) os créditos orçamentários totalizam R$ 4,7 milhões;
(C) trata-se de uma ação custeada por créditos adicionais;
(D) a ação orçamentária tem dotação superior a R$ 5 milhões;
(E) as aquisições poderão ser realizadas por dispensa de licitação.

98

Com base nas informações do Quadro II, a descrição dos itens de despesa da ação orçamentária representa a classificação da despesa por:

(A) fonte;
(B) elemento;
(C) grupo de natureza;
(D) categoria econômica;
(E) modalidade de aplicação.

99

A partir da análise das informações constantes do Quadro II, apurou-se que o valor das despesas orçamentárias não efetivas, ou seja, que não reduzem a situação líquida patrimonial da entidade, corresponde, em milhares de reais, a:

(A) 275,00;
(B) 500,00;
(C) 600,00;
(D) 680,00;
(E) 855,00.

100

A nova estrutura de codificação das naturezas de receita estabelecida pela Portaria nº 05, de 25 de agosto de 2015, acrescentou a categoria Tipo, que tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se refere aquela natureza.

Nessa categoria, o dígito 3 representa:

(A) receita principal;
(B) receita patrimonial;
(C) transferências correntes;
(D) dívida ativa da receita principal;
(E) multa e juros da receita principal.

Realização